

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Aplicação Fernandes Rodrigues da Silveira
Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica PPGEB - CAp-
UERJ - Mestrado Profissional

**DOCUMENTANDO UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA
MEDIÇÃO PEDAGÓGICA – A PRODUÇÃO DE UM RECURSO AUDIOVISUAL**

Priscila dos Santos Rodrigues Silva Pincos

Mara Monteiro da Cruz

Rio de Janeiro

2020

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é um dos produtos da dissertação elaborada por Priscila dos Santos Rodrigues Silva Pincos e orientada por Mara Monteiro da Cruz. A pesquisadora documentou, através de fotos, vídeo e texto escrito, a formação continuada de professores, proposta a partir de um curso de extensão.

Este curso de extensão, intitulado Mediação pedagógica para acompanhamento de estudantes com autismo e deficiência intelectual na perspectiva do ensino colaborativo, foi desenvolvido no Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp/UERJ) por professoras do Departamento de Ensino Fundamental (DEF), responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado na instituição.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE (Brasil, 2011) é um serviço que visa garantir um sistema educacional inclusivo em todas as etapas de ensino. O objetivo desse atendimento, realizado por professores com formação e/ou experiência em Educação Especial, é prover e promover condições de acesso à escola, de permanência e de aprendizagem, eliminando toda e qualquer barreira, visando proporcionar condições favoráveis para o sucesso acadêmico de estudantes com deficiências, altas habilidades/superdotação ou transtorno global do desenvolvimento – condição em que se enquadra ao autismo.

O curso teve por objetivo a formação de profissionais para atuarem no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com autismo, deficiência intelectual e transtornos de aprendizagem na perspectiva do Ensino Colaborativo, modelo de docência em que os professores da Educação Especial e os da sala de aula comum colaboram para desenvolver uma metodologia de ensino adequada para todos os estudantes de uma turma onde um ou mais alunos têm direito ao AEE.

Durante 96 horas os cursistas participaram de cinco seminários presenciais, dinamizados por professores especializados (mestres ou doutores), atividades práticas em sala de aula do Ensino fundamental (EF) do CAp/UERJ e estudos de caso em ambiente virtual de aprendizagem (AVACAP). Todos os momentos visaram provocar a reflexão e incentivar que o cursista adotasse uma postura ativa diante dos conhecimentos compartilhados, para que fossem construídos coletivamente.

A pesquisadora filmou os encontros presenciais do curso de extensão e produziu um recurso audiovisual, postado no Youtube, com o objetivo de divulgar parte dos fundamentos teóricos e das práticas de mediação pedagógica apresentadas, discutidas e construídas durante o curso.

A intenção da veiculação do vídeo é que o professor seja incentivado a buscar o conhecimento de forma mais profunda e com a presença de outros parceiros da educação para que ocorram trocas significativas a partir do conteúdo apresentado.

O audiovisual em hipótese alguma tem o objetivo de substituir a formação que se constrói no espaço coletivo, todavia, entendemos que é de extrema urgência e importância que os conceitos abordados nos encontros do curso de extensão sejam amplamente divulgados. Espera-se que as escolas e os docentes sejam sensibilizados para a promoção de espaços de estudo e debates para a formação continuada que atenda de fato as necessidades da sala de aula, mais especificamente em relação às estratégias de mediação pedagógica no AEE.

O conceito de mediação pedagógica apresentado e discutido no audiovisual refere-se a um processo e não a um papel específico de um determinado profissional. Mediar é inerente à prática pedagógica, é uma ação necessária e envolve planejamento para que todos os estudantes tenham acesso aos diferentes recursos que possam ser utilizados em sala de aula.

AS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO CURSO

Atualmente no Brasil de acordo com o censo 2017, existem cerca de 7.272 cursos de licenciatura entre universidades, centros universitários, faculdades federais, estaduais e privadas, Instituto Federais e CEFET reconhecidos pelo MEC. A partir dos dados dos cursos de licenciatura e diante do grande número de inscritos no curso de extensão (em mediação) pedagógica é importante refletir e buscar(o que?) acerca da formação dos professores e como a mesma se dá no contexto de perspectiva de inclusão para a mediação pedagógica(só inclusão. Inclusão educacional ou educação de estudantes público-alvo da educação especial. Mediação pedagógica não cabe aqui) nos cursos de graduação.

A busca de efetiva escolarização para alunos atendidos pelo AEE reflete um percurso histórico que não pode ser ignorado, e implica em responsabilidade a ser

assumida em processos formativos deflagrados em cursos de graduação destinados à preparação e profissionais que desempenharão a função docente na educação básica.

O curso de Extensão, contou com uma inscrição *online* que recebeu em apenas um dia 1368 candidatos. As vagas foram destinadas aos 50 primeiros inscritos que realizaram e atenderam os requisitos do edital¹.

A pesquisadora enviou um questionário por e-mail para as inscritas (eram todas mulheres), obtendo 22 respostas. Algumas participantes do curso descreveram as dificuldades e lacunas em seus processos de formação profissional:

Infelizmente, uma graduação não dá conta de atender toda a formação necessária para a prática educacional. Nossa formação costuma ser muito generalista e o atendimento educacional demanda de muitas especificidades, pois estamos lidando com pessoas e suas singularidades (CURSISTA 4, 2018, formulário *on-line*).

Durante a graduação, não existiam disciplinas que abordassem ou transmitissem noções específicas sobre transtornos de aprendizagem (CURSISTA 5, 2018, formulário *on-line*).

A lacuna para se trabalhar na prática docente vai sendo preenchida no dia-a-dia em sala, com sensibilidade e formação (CURSISTA 21, 2018, formulário *on-line*).

Muitos depoimentos demonstraram, também, que o conceito de mediação era largamente utilizado como um serviço exclusivo para alunos público-alvo da Educação Especial, bem como o substantivo mediador referia-se a um profissional que atende a estes estudantes.

Fui mediadora pelo município do Rio de Janeiro de um menino de 10 com deficiência intelectual e na época eu não tinha nenhuma experiência para lidar com suas dificuldades e limitações. Fui aprendendo aos poucos e pesquisando para saber a melhor maneira de ajudá-lo. O curso irá me auxiliar muito, permitindo-me conhecer assuntos pertinentes e me preparando melhor como profissional para atender de modo mais adequado quem precisa (CURSISTA 11).

Com o início do meu estágio na Creche Escola, me encontro como mediadora nas turmas de inclusão. Como todos sabemos, mesmo sem preparo, somos colocados para mediar o aluno, com muita dificuldade. Tenho contato direto principalmente com dois meninos com espectro autista, um leve e outro moderado. Tenho muita dificuldade ao lidar com as crises de hipersensibilidade, principalmente

¹ O participante deveria comprovar ser estudante ou graduado das licenciaturas ou de pedagogia.

com o moderado que não possui verbalidade aos 6 anos. Tem sido um desafio pra mim, mas não pretendo desistir. Tenho estudado o que está ao meu alcance, acompanhado na internet blogs, livros. Porém, sei que o curso é um preparo que mais preciso agora e tenho muito interesse em aprender a me posicionar no meu trabalho, além disso não ser apenas sobre mim, mas sobre o desenvolvimento dessas crianças que merecem mais pro seu aprendizado e infelizmente não contam com a ajuda de um especialista. Faço tudo pelo aprendizado e pelo amor a isso, sem contar com o que muito acrescenta o meu currículo (CURSISTA 1, 2018, formulário *on-line*).

Tenho muito interesse na área, já fiz mediação, porém necessito da bagagem teórica que o curso pode me proporcionar. Tenho vontade de seguir essa área de mediação, sendo assim, é fundamental entender o funcionamento das crianças com necessidades especiais, entender como proceder para auxiliar na aprendizagem das crianças. Eu pretendo seguir também a área infantil e me especializar no TEA, então esse curso será de extrema importância e relevância na minha carreira profissional e contribuição na vida dessas crianças” (Inscrito 8)

Sou mãe de um menino autista e não tenho condições financeiras de arcar com um mediador (CURSISTA 8).

Espero ter a formação adequada para tornar-me uma mediadora de fato” (CURSISTA 13).

O uso do termo “mediador” como designação de um professor de alunos público-alvo da Educação Especial é bastante utilizado pelo senso comum, apesar de não haver nenhum documento oficial que regularize o cargo que, muitas vezes é designado a pessoas com pouca ou nenhuma formação. Siqueira (2017) traz em sua pesquisa dados expressivos quanto a formação de profissionais que já atuam na função de mediador.

Outro dado relevante, que vai de encontro com observações empíricas, é que uma grande parcela dos mediadores em atuação ainda encontram-se em processo de formação inicial. Este aspecto acaba se tornando um grande dificultador no desenvolvimento da prática, visto que muitos desses estudantes não possuem nenhum tipo de experiência prévia, pouco conhecem da necessidade educacional especial da criança que irão acompanhar, e não raro não recebem supervisão ou orientação em seu trabalho (SIQUEIRA, 2017, p.56).

Com a lacuna existente nos cursos de Licenciatura e a procura dos professores por formação para a educação inclusiva, temos a formação continuada como uma alternativa compensatória para o déficit de formação desse professor. Falamos

compensatória, uma vez que entendemos que as formações continuadas não têm sido procuradas como uma ampliação de suas formações, mas sim como suprimento de algo que, em alguns casos, não foi completo, foi falho.

A formação continuada destes educadores se faz urgente e necessária, abrindo-se espaços nos quais a teoria converse com a prática, visando atender às demandas específicas das turmas, onde há diferentes necessidades e estilos de aprendizagem.

A partir da análise dessa demanda na formação, é possível compreender a grande procura ao curso de extensão que foi o objeto de estudo desse trabalho. Partindo do pressuposto que a formação de professores tem sido falha quanto a prática de ensino para os estudantes que têm direito ao AEE, mediante as aulas apresentadas e processos metodológicos do curso, foi possível observar o quanto o curso de extensão contribuiu para a formação das professoras selecionadas para participar do curso.

O CURSO DE EXTENSÃO “MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA DE ALUNOS COM AUTISMO E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA PERSPECTIVA DO ENSINO COLABORATIVO”

O recurso audiovisual desenvolvido pela pesquisa traz cenas de todos os Seminários presenciais do curso. No primeiro encontro foi apresentado o tema “bases teóricas da inclusão, mediação e ensino colaborativo” e teve por objetivo apresentar às cursistas os conceitos que fundamentam o trabalho desenvolvido pela equipe docente do CAP/UERJ.

A abordagem de autores como Vygotsky e Piaget, muito usados na área da educação, reconhecem as interações entre os indivíduos como cruciais para o desenvolvimento humano. Teorias que mesmo antigas vão na contramão das práticas escolares que ainda se baseiam no *behaviorismo* como base para suas ações.

Nesse primeiro encontro, houve também uma conversa com uma estudante de 12 anos, Maria Eduarda, que escreveu um livro, “Meu amigo autista”. O interesse da criança pelo tema surgiu ao receber em sua turma o amigo João, que tem autismo. Curiosa para entender esta condição, ela pesquisou em revistas e bibliotecas sobre o

assunto, com ajuda da mãe, todavia não encontrou uma abordagem que fosse apropriada para sua idade. Com isso, a menina decidiu escrever o livro e contar sua experiência com seu novo amigo. Participaram da mesa de debate além dela, seus pais, os pais de João e João. Durante o tempo em que o livro era apresentado, a responsável pelo menino relatou suas dificuldades em lidar com a participação dele na escola e enfatizou que as melhores iniciativas de inclusão sempre partiram das crianças e não dos professores que acompanhavam João.

Posteriormente a esse momento, iniciou-se a palestra sobre Ensino Colaborativo- Estratégia Pedagógica com a Prof. Dr^a Patrícia Braun. Ela abordou a estrutura de AEE que tem sido utilizada nas escolas, a formação desses professores e a construção do processo educacional inclusivo.

Existe um descompasso entre o que a escola espera do aluno e o que o AEE oferece, pois só a presença do estudante na turma comum não lhe garante aprendizagem sobre os mesmos componentes curriculares de seus pares. Há diversas indagações sobre como e o que deve ser trabalhado na sala de recursos e na sala de aula; qual seria o formato, tempo e tipo de ação didática ofertada pelo AEE, caracterizando-o como suplementar ou complementar, e não como substitutivo às ações na turma comum? Como garantir um trabalho articulado com a rotina diária, se reciprocamente os professores desconhecem a dinâmica que envolve o processo de ensino, justamente por não terem a oportunidade de compartilhar os mesmos espaços e tempo? (BRAUN, MARIN, 2016, p.5)

O segundo encontro foi dividido em dois momentos, contando no primeiro bloco com a palestra da professora Dr^a Cátia Walter apresentando a Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA).

A partir da dificuldade de comunicação com os estudantes autistas, a pesquisadora usou um programa de comunicação alternativa já existente, PECS- *The Picture Exchang Communication System*, adaptando-o ao português e a nossa realidade educacional, por meio de um *software* denominado PCS e de um curso para educadores. Walter tem ampliado e propagado o conceito de comunicação alternativa para as escolas públicas, contribuindo para a inclusão educacional de diversos autistas que têm dificuldade de se comunicar verbalmente.

No segundo bloco, o tema abordado foi o uso de recursos tecnológicos no AEE com as professoras Dr^a Márcia Marin e Dr^a Mara Monteiro da Cruz.

Cruz afirmou que o uso das tecnologias é um verdadeiro aliado no processo de aprendizagem das crianças que são público-alvo da Educação Especial. “Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis” (BERSCH apud RADABAUGH, 1993, p. 2)

Logo, o uso das tecnologias pode ser um instrumento de mediação pedagógica que contribua para a inclusão do estudante com NEE, versado que agrega valores e significado atual para o que é visto em sala. Entendo e assumindo a era tecnológica na qual a atual geração está inserida.

Ao ser apresentado o conceito de Tecnologia Assistiva, grande parte das cursistas não tinham conhecimento sobre esse conceito, que é erroneamente ligado apenas ao uso de computadores, contudo pode ser definido como um instrumento facilitador.

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (GALVÃO FILHO et al., 2009, p. 26)

A profa. Dra. Marcia Marin destacou que esse instrumento pode ser de tecnologia baixa e recebe essa nomenclatura quando o material é confeccionado com baixo custo e ser construído pelos próprios professores. De acordo com Braun e Marin (2011), “independentemente da abordagem, o que percebemos é que esses recursos de baixo custo estão ao alcance de qualquer docente e podem dinamizar e enriquecer os processos de ensino e aprendizagem de todos os alunos” (p.7). As autoras concluem que

Portanto, o uso das tecnologias assistivas pode contribuir enormemente para o processo de inclusão escolar e social, bem como aumentar as possibilidades de “sucesso” na inclusão daquelas crianças com comprometimentos mais severos, proporcionando-lhes formas de interagir e de aprender. Infelizmente, no Brasil, ainda que estejamos nos referindo a tecnologias de baixo custo, ainda existem resistências e até mesmo desconhecimento acerca dessa tecnologia que, por sua vez, englobam diferentes recursos (BRAUN & MARIN, 2011, p.12) ...

Esses recursos podem ser considerados do mesmo modo como atores do processo de mediação pedagógica, facilitando a aprendizagem e contribuindo para a inclusão de estudantes com NEE.

No terceiro encontro, no período da manhã, a palestrante foi a professora Ms^a Claudia Togashi abordando o tema “Adaptação de atividades e avaliações com uso da CAA”.

Togashi acentuou o uso da CAA como um importante instrumento facilitador da inclusão que coopera para, além da comunicação, o desenvolvimento da aprendizagem do indivíduo com Transtorno do Espectro Autista- TEA. Ressaltando que para que a inclusão aconteça faz-se necessário o uso de várias ferramentas que colaborem para esse processo.

Utilizando de uma outra estratégia de inclusão a palestrante Ms^a Marcela dos Santos abordou a temática de sua pesquisa de dissertação, trazendo aos cursistas o conceito de Leitura Fácil.

Todavia a acessibilidade a esses textos não se dá apenas a resumos ou simples cortes, são necessários critérios para que o texto acessível não perca o significado do texto original. Grande parte do grupo de cursistas não tinha conhecimento desse recurso como facilitador de inclusão e após apresentação dos critérios e fontes os cursistas produziram textos acessíveis a partir de um manual entregue pela palestrante.

O quarto seminário do curso foi marcado pelos temas “Planejamento Educacional Individualizado- PEI” com a professora Ms^a Sheila Vieira e “Escrita de relatório com técnica e clareza” com a professora Ms^a Juliana Prata.

Vieira trouxe para o encontro a experiência abordada em sua dissertação sobre a atendimento pedagógico domiciliar em Belford Roxo² e a necessidade que surgiu da elaboração do PEI.

O PEI já é uma ferramenta discutida e construída com professores e equipes pedagógica na rede de Belford Roxo, e se dispõe a organizar recursos e estratégias, com base nas características e potencialidades do aluno, atributo que o torna individualizado. Sua proposta busca distanciar-se do que se apresenta como impossibilidade, não desconsiderando ou negando especificidades orgânicas, comportamentais ou de outra natureza. Ao contrário, o PEI pauta-se em todo o conjunto que envolve o cotidiano do estudante: sua família,

² Cidade da Baixada Fluminense localizada no Estado do Rio de Janeiro.

contexto social, a processualidade do seu desenvolvimento, e, especificamente falando do nosso público, o fato de estar acamado, ou em quimioterapia, ou em ventilação mecânica, e tantas outras situações pelas quais um aluno em APD pode passar (VIEIRA, 2017, p.66).

Com isso, apresentou às cursistas modelos e exemplos de como deve ser construído o PEI para estudantes com dificuldades de aprendizagem, não de forma a impossibilitar conteúdos e aprendizagens, mas de tornar o acesso ao conteúdo mais prático e facilitador.

O segundo momento do dia se deu com a apresentação sobre desenvolvimento de relatórios dos professores para as devolutivas das famílias na escola. Prata destacou o cuidado necessário ao momento da escrita e passou aos cursistas dicas para que o relatório possa ser um documento direto, que facilite a interpretação pela família.

Por fim, no último encontro se deu a apresentação do Produto final de cada cursista, baseado nos encontros teóricos, nos momentos de prática vivenciado no CAp da UERJ, acompanhando os estudantes que são atendidos pelas profissionais do AEE e pelas discussões nos fóruns que aconteceram no Ambiente de Aprendizagem Virtual do CAp- AVACAap.

A PRODUÇÃO DO ÁUDIOVISUAL

O audiovisual foi desenvolvido com o objetivo de contribuir, inicialmente, para a formação dos professores que não tiveram a oportunidade de participar do curso.

Entendendo a mediação pedagógica como um conjunto de práticas que facilitam o processo educacional de inclusão, os encontros presenciais foram gravados com o intuito de ser produzido um recurso audiovisual que fosse facilmente acessado e de fácil entendimento para o telespectador.

Após cada filmagem foi feita uma seleção dos vídeos existentes. Por falta de recursos profissionais na gravação, os áudios da filmagem ficaram ruins e de difícil compreensão. Pensando também no tempo de duração desse recurso, foram produzidas narrações com resumo das aulas e inseridas nos vídeos.

Dessa forma quem assistir terá a oportunidade de ter uma breve noção dos instrumentos facilitadores da mediação pedagógica e após o vídeo, buscar o conhecimento de forma mais profunda e com a presença de outros parceiros da educação para que ocorram trocas significativas a partir do conteúdo aprendido.

O audiovisual em hipótese alguma tem o objetivo de substituir a formação que se constrói no espaço coletivo, todavia, entendemos que é de extrema urgência e importância que os conceitos abordados nos encontros do curso de extensão, sejam amplamente divulgados com o intuito de despertar as escolas e os docentes para a promoção de espaços de estudo e debates para a formação continuada que atenda de fato as necessidades da sala de aula e promova o despertar pela inclusão.

A propagação do audiovisual pretende divulgar a formação docente para a mediação pedagógica, fazendo-se entender a necessidade de a mediação ser vista como um processo e não como um papel específico de um profissional. Algo que deve ser pensado e discutido para que todos os estudantes tenham acesso aos diferentes recursos que possam ser utilizados em sala de aula. Tornando assim, o espaço escolar, um espaço acessível a todos os seus agentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAUN, Patricia; MARIN, Márcia. **Ensino colaborativo: uma possibilidade do Atendimento Educacional Especializado**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 193-215, set./dez. 2016.

GALVÃO FILHO, T. A. et al. **Conceituação e estudo de normas**. In: BRASIL, Tecnologia Assistiva. Brasília: CAT/SEDH/PR, 2009, p. 13-39.

SIQUEIRA, Carla Fernanda Oliveira de. **Mediação Escolar: a visão dos mediadores escolares sobre o seu papel na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais** / Carla Fernanda Oliveira de Siqueira. – 2017. 88 f00100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 nov. 2018.

RADABAUGH, M. P. NIDRR's **Long Range Plan: Technology for Access and Function Research Section Two: NIDDR Research Agenda Chapter 5: Technology for access and function**. Disponível em: http://www.ncddr.org/new/announcements/lrp/fy1999-2003/lrp_techaf.html e <http://www.ncd.gov/newsroom/publications/1993/assistive.htm#5>

VIEIRA, Sheila Venancia da Silva Estudo de caso sobre a implementação do Atendimento pedagógico domiciliar em Belford Roxo/RJ. / Sheila Venancia da Silva Vieira – Niterói: [s. n.], 2017. 110 f.